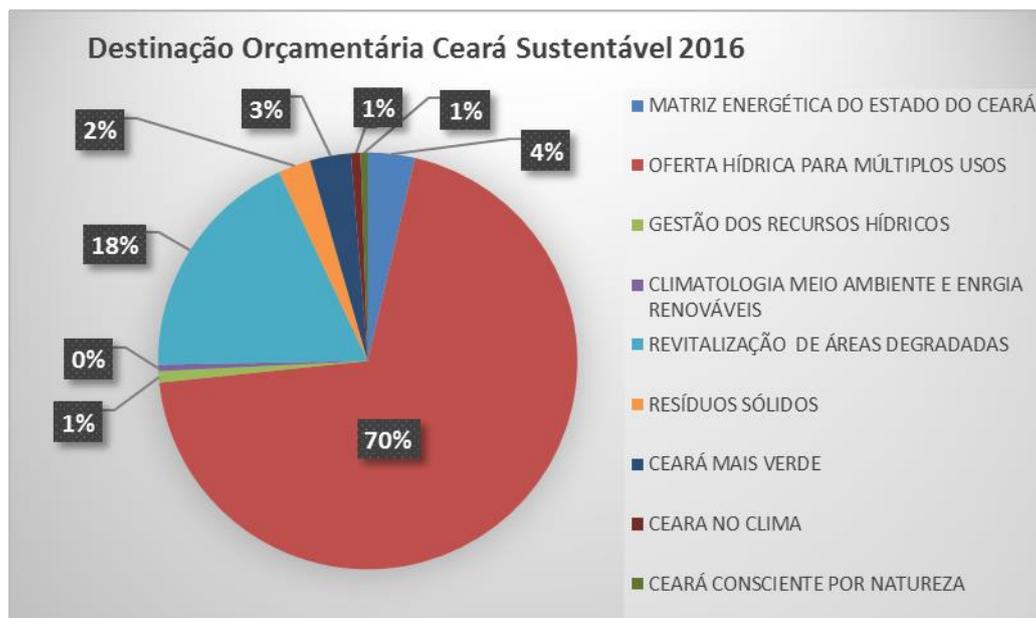


## 04 - CEARÁ SUSTENTÁVEL

No Eixo Ceará Sustentável estão incluídos os programas relativos à matriz energética do Estado, Climatologia, Resíduos Sólidos, Ceará Mais Verde, Ceará no Clima, Ceará consciente por natureza e de Oferta e Gestão dos Recursos Hídricos que, pela sua essencialidade, comportará uma análise mais densa.



No Programa 027 (Revitalização de áreas degradadas), as dotações orçamentárias encontram-se previstas na Secretaria das Cidades. A LOA 2016 estabeleceu a previsão de R\$ 143.443.789,00, dos quais R\$ 21.393.789,00 provinham do tesouro estadual. Ao longo do ano de 2016, o valor orçado foi suplementado para R\$ 185.136.118,46, no entanto apenas 49,05% foram executados. Para 2017, estipula-se o valor de R\$ 101.379.403,00, dos quais R\$ 26.523.957,00 advém do tesouro estadual.

O Programa 064 (Resíduos Sólidos), em 2016, representou 2% com previsão de crescimento para 10% em 2017, mas a sua execução orçamentária até agora foi praticamente nula.

Este é um dos programas com menor execução diante da destinação orçamentária, fato muito grave quando lembramos que o Ceará tem geração diária de 9.711 toneladas de resíduos sólidos em áreas urbanas, segundo dados publicados em 2015 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Destes, somente 7.588 são recolhidas pelos serviços de limpeza dos

municípios. Ou seja, 21,86% não são recolhidos, o que significa que quase dois milhões de pessoas no Ceará não possuem coleta regular de lixo.

Outro dado fundamental revelado pela ABRELPE é que mais da metade (55,1%) de todo resíduo produzido na zona urbana do Ceará tem destinação inadequada somente 21 municípios têm experiência com coleta seletiva.

O Ceará possui apenas cinco aterros sanitários, que atendem a dois municípios cada. Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), estes se localizam em Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Sobral e Mauriti. Dessa maneira, 174 cidades no Ceará não destinam adequadamente seus resíduos. Isso tem como consequência graves riscos ao meio ambiente e impactos diretos na saúde da população, além de contribuir para a contaminação da água, já escassa e que passa a se tornar indisponível pela sua má qualidade.

A política de resíduos sólidos possui grande relevância do ponto de vista ambiental e social, no entanto o estado do Ceará apresenta desempenho tímido no atendimento às determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010.

No ano de 2016, a Assembleia Legislativa aprovou a Política Estadual de Resíduos Sólidos, na qual nosso mandato propôs diversas emendas para aperfeiçoamento, garantia de direitos e efetividade da política.

O programa de resíduos sólidos, para o ano de 2016, teve uma previsão orçamentária de R\$ 28.248.479,00. De forma alarmante, apenas 0,50% foram de fato executados! Para o ano de 2017, há a previsão de R\$ 68.005.623,00, um considerável aumento que, entretanto, demanda fiscalização social para seu cumprimento.

Alguns projetos fundamentais à efetiva implementação de uma gestão de resíduos sólidos não tiveram nenhuma execução orçamentária do início do governo Camilo Santana até o presente momento, são elas: apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios, promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto, inclusão social dos catadores, ecoponto e coleta de resíduos, cadeia de reciclagem, manejo, encerramento e monitoramento de áreas degradadas, entre outros.

Quanto ao Programa 067 (Ceará no Clima), observamos que as ações do programa, efetivamente, não estão direcionadas para o enfrentamento às mudanças climáticas. A LOA de 2016 trazia a previsão de R\$ 6.515.025,00 para sua realização, mas só houve empenho de 36,03% das dotações orçamentárias. A maior parte do que

foi executado está na análise da qualidade da balneabilidade no litoral cearense e análise de amostras coletadas. Para 2017, a previsão estimada encontra-se em R\$ 4.371.664,00, revelando significativa perda.

Vale destacar que as ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais, de promoção da qualidade ambiental das praias para a conservação dos recursos naturais e as de implementação da política de gerenciamento costeiro, por exemplo, tiveram 0% de execução orçamentária no ano de 2016.

A gravidade no tocante a falta de ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais se revela no fato de que a quantidade de queimadas no Ceará, entre 1º de janeiro e 2 de dezembro de 2015, aumentou 28% em relação ao mesmo período de 2014. As informações são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em 2016, até setembro, ainda de acordo com o INPE, foram registrados 789 focos de incêndios e queimadas, com maior concentração na região Cariri, no Sul do Ceará.

Neste eixo, as ações de implantação de estações de monitoramento da qualidade do ar e de implantação do programa do controle da poluição veicular deixaram de ter previsão para 2017, o que significa relevante perda para a tutela ambiental.

Ainda na temática ambiental, preocupa as baixas ou nulas execuções das dotações orçamentárias do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (cujas previsões orçamentárias diminuíram de uma média de 12 para 8 milhões) e do Fundo de Incentivo à Energia Solar, cujos recursos não vinham sendo executados.

### **Análise da Política e dos Programas de Oferta e Gestão dos Recursos Hídricos**

Inicialmente, no que tange à política hídrica, observamos que a gestão atual dá continuidade às políticas dos Ferreira Gomes e de Tasso Jereissati. No entanto, ela se apresenta com adornos e acenos do “novo”, de uma “nova gestão das águas” baseada em novos conceitos, mas que reproduzem antigas fórmulas ultrapassadas.

Esta política se baseia na concepção de natureza como elemento a ser dominado tecnicamente e submetido aos ditames da racionalidade humana. Essa dominação é elemento fundamental para o “desenvolvimento e progresso” do Ceará. Dessa maneira, a água é tomada fundamentalmente em sua utilidade produtiva, estando nas entrelinhas,

ou subjacente a essa abordagem, a ideia de que a natureza é fonte inesgotável de recursos.

É assim, a partir desse viés, mesmo que não assumidamente, que o governo se propõe a atender a intensa demanda por água, sob um discurso do bem comum, do desenvolvimento, da criação de postos de trabalho. Ao buscar atender privilegiadamente grupos econômicos que demandam água de maneira intensiva, o governo desprestigia a gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). Estes deveriam se ocupar de uma alocação democrática da água com suporte da COGERH e orientado tecnicamente por critérios e prioridades que constam de nossa política das águas.

A técnica, dessa maneira, é tomada como farol, motor do “progresso”, “imparcial”. É supostamente “neutra socialmente”. No entanto, o que vemos, é que esta técnica tem conferido à gestão pública da água um caráter eminentemente privatista onde esta é cada vez mais pertencente a grandes grupos econômicos,

A partir desta perspectiva é que, no governo Camilo Santana, permanece a lógica de ofertar recursos hídricos através de grandes obras - antes açudes, mas hoje, pela relativa abundância destes, obras de transferências de águas. Em consequência, não se privilegia o desenvolvimento de uma política que esboce um contraponto necessário e urgente, qual seja, uma política de gestão de demanda de água, que conjugue eficiência no uso, economia e ambiente, em um modelo de desenvolvimento adaptado às condições de um Ceará marcado pelo contexto do semiárido.

Somam-se a esse aspecto a ausência ou tremenda incapacidade de evitar a contaminação de rios, aquíferos, lagoas, açudes, mares, sob a chantagem do desenvolvimento econômico, dos postos de trabalhos e do “progresso”.

A toda esta situação de má gestão da água, de responsabilidade do Governo, adiciona-se o quadro de mudanças climáticas e de uma das secas mais severas do Ceará que ora vivenciamos. Chegamos a um volume total do sistema de reservatórios de apenas 7%, onde 54% dos açudes monitorados estão abaixo de 5% e o próximo a entrar nesta lista será o açude Castanhão, o maior de todos.

O Ceará é um dos estados mais suscetíveis aos impactos do aquecimento global, com projeções de secas mais severas, que podem trazer colapso hídrico, quebra de safras e elevação do nível do mar. A incorporação dos efeitos das mudanças climáticas de maneira permanente deve ser internalizada nos paradigmas de gestão hídrica no Ceará e de uma efetiva política de águas por parte dos tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas em nosso estado.

O governo Camilo Santana inicialmente representou certa esperança de que viesse a romper com o modo de gestão anterior e inovar na política de gestão de águas, mas já em 2015, em mensagem enviada à Assembleia, anunciava o quanto sua política hídrica e de desenvolvimento apresentava continuidade com a política de seu antecessor, Cid Gomes. Assinalou, nesse momento, como preponderante a consecução do trecho V do Eixão das Águas, com 57,60km de extensão, também denominado de Sistema Adutor Gavião/Pecém, que consistiu na integração do Sistema de Reservatórios da Região Metropolitana de Fortaleza com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no valor de R\$ 315,29 milhões e com vazão de 9m<sup>3</sup>/s, das quais 3,5m<sup>3</sup>/s destinadas ao CIPP.

Não podemos analisar a política hídrica dissociada da política de desenvolvimento e essa integração efusivamente ressaltada no início de seu governo era um indicador de quanto à água passa a ser privilegiadamente destinada aos setores industriais do CIPP, em detrimento de outros usos prioritários. Outras iniciativas foram corroborando essa perspectiva, tais como a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém(CSP) no CIPP entre o 4º e 5º ano de seca com uma outorga de 1500 litros/segundo (l/s), com consumo inicial de 600l/s. Essa foi uma medida bastante temerária se considerado a insuficiência dos projetos de reuso da água, praticados no CIPP.

Adiciona-se a instalação da CSP a implantação de termelétricas que consomem 762l/s considerando que a Termo Ceará consome 12l/s, a Central Geradora Termelétrica Fortaleza (ENEL) consome 100l/s e a Pecém I e Pecém II consomem 650l/s de um volume outorgado de 1.100l/s. Vale ressaltar que o consumo conjunto das termelétricas seria suficiente para abastecer 244 mil pessoas.

Não obstante todas as iniciativas supracitadas, em novembro de 2016 o governador Camilo Santana assinou um protocolo para a vinda de uma refinaria capaz de consumir, no mínimo, outros 48 milhões de litros de água. Além deste, outros contrassensos como o projeto de mineração de Urânio em Santa Quitéria com consumo de 917m<sup>3</sup>/hora (equivalente a 115 carros pipa por hora), o que representa uma ameaça à segurança hídrica na região afetando 45 comunidades, mostram a prioridade dada pelo atual governo estadual na gestão da água.

No Ceará, a propósito do que significam as emissões de gases de efeito estufa pelas termelétricas para geração de energia, as emissões cresceram 26,5% em apenas dois anos, segundo dados do Sistema de Estimativas de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

O setor preponderante nas emissões desses gases, também segundo do SEEG, desde 2010, é o de geração de eletricidade, que respondeu por 7,25 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> (48,7% das emissões de energia/indústria do estado ou 27,8% do total) em 2014. Isto equivale a dizer que as termelétricas no Ceará, nesse ano, emitiram 4 vezes a mais do que os automóveis particulares (responsáveis por 1,8 milhões toneladas de CO<sub>2</sub>), ou o equivalente ao incêndio de uma área de 10 Parques do Cocó anualmente! Em virtude disso, o nosso estado, com enorme potencial de geração de energia solar e eólica, tornou-se o segundo estado que mais emite CO<sub>2</sub> para geração de eletricidade, atrás somente do Rio de Janeiro, também conforme dados do SEEG.

Vale destacar que a esse conjunto de iniciativas e ainda nesse ano de 2016, o governo Camilo Santana enviou e a Assembleia Legislativa aprovou a mensagem 7953/2016, com objetivo de reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das termelétricas a gás natural em até 58,8%. Tudo isso em épocas de profundas incertezas, seja com relação à crise ecológica que vem mostrando suas diversas facetas como o aquecimento global e a diminuição dos recursos hídricos, seja com relação à pequena agricultura que tem sofrido duros golpes.

Incertezas ainda quanto ao marco político, econômico e social de nosso país que atravessa toda sorte de dificuldade e riscos frente à crise econômica intensa atualmente vivenciada no Brasil. São novos desajustes estruturais que poderão contar ainda, a médio e longo prazo, com as consequências do modelo de desenvolvimento impulsionado pelo governo Camilo Santana que não vem apresentando qualquer tendência de confrontar-se a crise ecológica e econômica que vivemos na atualidade e que, muito pelo contrário, tende a contribuir para a sua agudização.

Sabemos que a demanda de água é uma variável vinculada a múltiplos fatores como o preço a ela atribuído, os incentivos fiscais, financeiros ou normativos. Em síntese, a demanda vai depender do modelo de gestão. Assim, o desconto de 50% fornecido à Usina Termelétrica do Pecém (UTE – Pecém) por intermédio da Lei Estadual nº 14.920/2011, e outros incentivos como relatamos acima, para as indústrias hidroativas, intensificam a injustiça hídrica em curso.

O que se observa é que as empresas, as mesmas que já têm acesso a grandes quantidades de água (inclusive com subsídios) são privilegiadas através de medidas de subvenção, enquanto ao mesmo tempo comunidades no estado e no entorno dessas empresas têm sofrido com as consequências do desabastecimento e do baixo nível dos reservatórios.

Recursos públicos vêm sendo destinados a fontes sujas de energia em nosso estado, como os R\$ 1,4 bilhões aportados pelo BNDES na Termelétrica do Pecém, volume de recursos suficientes para a instalação de um programa de micro geração solar residencial para milhares de cearenses. É preciso alterar essa lógica, sendo contrário a qualquer subsídio e incentivo a fontes fósseis para geração de eletricidade em nosso estado (caso não apenas da referida Lei 14.920/2011, que concede desconto na água fornecida a UTE Pecém, como à da Lei 14.862/2011, que concede redução de ICMS ao carvão por ela utilizado).

O poder econômico tem demonstrado sua supremacia e tem batido forte à mesa dos gabinetes governamentais, de maneira que medidas que buscam impor restrições ao consumo de água de suas empresas são tímidas e fracas, em detrimento de drásticas subidas da fatura de água nas residências, frutos das tarifas de contingenciamento. As térmicas exigiram, por exemplo, via lei de concessões, que o novo encargo hídrico emergencial, taxa criada pelo Ceará com vigência entre 1º de outubro de 2016 e 31 de agosto de 2017, mas com efeito retroativo a setembro, fosse repassado às tarifas.

Somente o investimento em energias renováveis, como a solar residencial e eólica socialmente justa, o reuso das águas residuais, a despoluição das bacias e a dessalinização, aporta uma perspectiva de futuro. Tais medidas devem ser conjugadas com um modelo de desenvolvimento que reflita a necessidade de criação de empregos e impulsione atividades na contracorrente do uso intensivo de recursos naturais.

Ao analisar a execução orçamentária do Governo Camilo Santana fica evidente a sua concepção de política de recursos hídricos como uma política baseada na oferta de água para grandes obras, para tanto analisemos os programas de oferta hídrica dentro do eixo do Ceará Sustentável.

O orçamento do eixo Ceará Sustentável em 2016 totaliza R\$ 1.010.100.128,45, dos quais 70% do total executado de R\$ 254.329.471,43, até dezembro de 2016, foram destinados a oferta hídrica (construção e recuperação de barragens, construção e recuperação de adutoras, Cinturão das Águas do Ceará (CAC), construção e recuperação de poços, construção de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades difusas, promoção de uso de tecnologias alternativas de oferta d'água, fiscalização e acompanhamento de obras públicas).

O que os números do orçamento revelam é que nossa política de águas do Ceará é conservadora e em grande medida é influenciada pela política hidráulica que vigora desde o Império, que se reproduz a partir do governo federal e permanece a mesma no

Ceará e no Nordeste, funcionando como uma reserva de mercado do parque da indústria da construção civil pesada do Brasil, que tem como principal interesse o desenvolvimento de projetos de obras hídricas tradicionais, tais como a construção de grandes açudes e canais.

Observando as ações de construção do CAC, que correspondem a R\$ 359.379.159,96 destinados em 2016, percebemos que, até o presente momento, 45% foram executados. O Cinturão das Águas foi pensado para distribuir a água do São Francisco pelo oeste do Ceará. O primeiro trecho liga Jati a Cariús. Se concluído, permitirá a liberação de água do rio Cariús ao açude Orós.

No entanto, a transposição das águas do São Francisco na atualidade teve o início da operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), prorrogado pela Agência Nacional de Águas (ANA) até 26 de março de 2018. A mudança de prazo consta da Resolução nº 1.133/2016, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016. A obra começou em 2006, quando tinha orçamento de R\$ 4,5 bilhões. Devido aos atrasos, teve o custo praticamente dobrado. É o terceiro adiamento do início de operação do projeto. Isso significa dizer que a obra não atenderá o estado do Ceará no iminente colapso hídrico que se avizinha.

Até agora, o Projeto de Integração do Rio São Francisco alcançou 89,9% de execução física, considerando o avanço de obras civis, instalações eletromecânicas e ações ambientais. Do orçamento total de R\$ 10,7 bilhões, 78,2%, ou R\$ 8,371 bilhões, já foram gastos. Porém, o que precisa ser melhor compreendido, é o que foi colocado pelo cientista Aziz Ab'Saber quando dos debates sobre a viabilidade do projeto da transposição estavam em debate:

**”Um projeto inteligente e viável sobre transposição de águas, captação e utilização de águas da estação chuvosa e multiplicação de poços ou cisternas tem que envolver obrigatoriamente conhecimento sobre a dinâmica climática regional do Nordeste. No caso de projetos de transposição de águas, há de ter consciência que o período de maior necessidade será aquele que os rios sertanejos intermitentes perdem correnteza por cinco a sete meses. Trata-se, porém, do mesmo período que o rio São Francisco torna-se menos volumoso e mais esqualido. Entretanto, é nesta época do ano que haverá maior necessidade de reservas do mesmo para**

## hidrelétricas regionais”.

É exatamente o que acontece hoje no Nordeste brasileiro. Na iminência do ingresso em seu sexto ano consecutivo de estiagem, o Nordeste convive com a seca mais prolongada dos últimos cem anos. Segundo a atualização de outubro do **Monitor de Secas**, da **Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos**, todos os estados nordestinos sofrem atualmente com a chamada seca excepcional, classificação utilizada quando a estiagem resulta em uma situação emergencial, que inclui perdas de cultura e escassez de água em reservatórios, córregos e poços. (Figura ao lado).

O que a transposição está demonstrando ser é o que diziam que ela seria: uma alternativa cara, desnecessária e que não será capaz de resolver o problema da seca. A maior parte da água a ser transposta não terá como objetivo o alcance a uma população impactada pela seca, mas sim a irrigação e abastecimento de cidades que já contam com suprimento.

A transposição corre o risco de, ao atravessar acidentes geográficos significativos, como a elevação da escarpa sul da chapada do Araripe, com um grande dispêndio de energia, se converter em tímido canal de água de questionável custo benefício, duvidosa validade econômica e interesse social, e que demonstraria que serviu e serve para movimentar o mercado especulativo, dos negócios, da terra e da política.

A operação Lava Jato e a desistência da construtora Mendes Júnior de concluir as obras de construção do Eixo Norte do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco confirmam essa afirmação. Sendo a construtora responsável por um trecho de 140 km de extensão entre Cabrobó, Sertão pernambucano, e o reservatório de Jati, no Ceará, incluindo três elevatórias, a empresa anunciou o abandono do projeto por perda de capacidade financeira para tocá-lo.

Depois da situação em que ficou em função da Mendes Junior ter sido proibida de firmar novos contratos com o governo, fruto da perda de idoneidade com a Lava Jato, a construtora informou ao **Ministério da Integração Nacional** não ter condições

**SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**  
Grande parte do território convive com uma estiagem excepcional



de dar prosseguimento às obras e abriu mão dos contratos de captação de água em **Cabrobó**, em **Pernambuco**, e **Jati**, no **Ceará**. Os trechos paralisados do empreendimento serão re-licitados. A Agência Nacional de Águas prorrogou até março de 2018 o início da operação do projeto.

Para além do problema da obra da transposição no âmbito federal, aqui no Ceará o maior problema para a região do Cariri tem sido o Cinturão das águas do Ceará - CAC, obra hídrica mais significativa da atualidade no estado, segundo gestores governamentais, que no Trecho 1 vai cruzar por oito municípios da região (Jati, Porteiras, Abaiara, Brejo Santo, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda). São aproximadamente 150 quilômetros bordejando a Chapada do Araripe que impactarão sobre fontes de água. Muitas comunidades tradicionais (camponesas e indígenas) estão sendo desterritorializadas para a construção da obra e a porção mais valiosa da Chapada do Araripe a cada dia sofre uma apropriação voltada a atender grandes interesses econômicos.

Ao considerar a política de águas do Ceará no que se refere à oferta hídrica do Governo Camilo Santana, embora reconheçamos o papel das políticas de emergência, como a construção e recuperação de poços, construção de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades difusas, estas são fortemente centradas na mitigação do problema e pouco orientadas para a adaptação futura, contribuindo minguadamente para uma efetiva convivência com o semiárido.

É lamentável que ação/projeto de utilização de fontes alternativas de energia para sistemas hídricos tenha tido tão ínfima destinação orçamentária em 2016 e 2017 (R\$ 20.000,00) e nenhuma execução orçamentária. Cumpre registrar que são muitos os poços perfurados que não tem bombeamento por ausência de rede elétrica próxima (a exemplo do que testemunhamos no território quilombola de Córrego de Ubaranas em Aracati), o mesmo vale para inúmeros kits de água doce igualmente dependentes de energia para alcance de sua finalidade.

Nesse sentido, os números revelam, no eixo “Ceará Sustentável”, a falta de prioridade dada a iniciativas de gestão dos recursos hídricos (promoção da preservação dos corpos hídricos, ampliação do conhecimento sobre a garantia da oferta e a qualidade da água, readequação, modernização e fortalecimento e fiscalização dos recursos hídricos, promoção e difusão de informações e tecnologias para o uso racional e sustentável da água, promoção da utilização de fontes alternativas de energia para sistemas hídricos), de maneira que, dos recursos do eixo, só 1% foi destinados a tal fim,

em 2016% e os mesmos 1% o serão em 2017.

**Nossas emendas neste eixo foram para:** Apoio e criação de sistemas de certificação participativa da agricultura familiar; elaboração do Plano Estadual de Agroecologia; Reuso de água domiciliar para irrigação de quintais produtivos; Criação do Programa Bolsa Catador estabelecido na Lei Estadual nº 16.032; Criação e implementação do Plano de manejo da unidade de conservação do açude Cedro; Desassoriamento do Açude Banabuiú; Apoio às cooperativas de catadores de material reciclável; Implementação da política estadual de mudanças climáticas; Suplementação - Ampliação das ações de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas e combate aos incêndios florestais; Capacitação para mulheres cisterneiras; Implantação da Reserva Taba dos Anacé e realocação das famílias indígenas Anacé; Formação e concurso direcionado para pesquisadores indígenas e quilombolas; Garantir a efetivação do Termo de Cooperação Técnica assinado com a Comunidade Indígena Tapeba; Realização de mutirões para emissão de Declaração de Aptidão de Produtores (DAP) para quilombolas rurais; Desenvolvimento de políticas, projetos e programas voltados para o etno-desenvolvimento para povos indígenas com foco em agroecológica.